



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 27903 - DF (2021/0216140-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**IMPETRANTE** : DEBORAH CASTRO FERREIRA DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : ITALA NAIARA DE OLIVEIRA BARROS - PI013612  
**IMPETRADO** : MINISTRO DA SAÚDE  
**IMPETRADO** : FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA  
EDUCAÇÃO  
**INTERES.** : UNIÃO

### DECISÃO

Cuida-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por DEBORAH CASTRO FERREIRA DE OLIVEIRA contra ato omissivo praticado pelo MINISTRO DA SAÚDE, ao negar seu direito líquido e certo de que seja deferido "benefício de carência estendida do financiamento FIES previsto em Lei Federal" (fl. 8).

Alega a impetrante que (fl. 9):

[...] ao pleitear administrativamente o seu benefício garantido por Lei Federal, a Autora foi surpreendida por um impedimento causado pelos réus, em razão da utilização de portaria ultrapassada, qual seja: a Portaria Conjunta nº 3, de 19 de fevereiro de 2013 publicada pelo Ministro de Estado da Saúde, que não contempla a especialidade médica de neurologia.

Sustenta que (fl. 10):

[...] os réus estão propositalmente deixando de utilizar a Portaria que indica as especialidades prioritárias ao SUS, pois a utilizam como motivo para indeferir pedidos de carência estendida do FIES para centenas de médicos que de fato atuam em áreas prioritárias, reconhecidas pelo próprio Ministério da Saúde.

Requer o deferimento liminar do *writ* a fim de que o "Ministério da Saúde, representado pela União Federal, juntamente com o FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, ordene à Caixa Econômica, na qualidade de agente financeiro do contrato da Autora, a suspensão da cobrança das prestações do financiamento" (fl. 21).

É, no essencial, o relatório. Decido.

A concessão de medida liminar em mandado de segurança exige a satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, a saber, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no *mandamus*, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Em análise sumária, verifica-se que o *periculum in mora* não está evidenciado, pois não há risco de ineficácia da concessão da ordem mandamental na hipótese de a liminar não ser desde logo deferida. A impetrante não comprovou o risco de dano irreparável, pois para tanto, apenas afirmou que a prestação estava na iminência de ser cobrada.

Ademais, no presente caso, o pedido de liminar – suspensão da cobrança das prestações do financiamento – confunde-se com o próprio mérito da impetração, circunstância que demonstra a natureza satisfativa do pleito, cuja análise pormenorizada compete ao colegiado no momento oportuno.

Ante o exposto, diante da ausência de um dos requisitos autorizadores da tutela de urgência, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator do feito.

Notifique-se a autoridade coatora para que preste informações no prazo de 10 dias (art. 7º, I, da Lei n. 12.016/2009).

Cientifique-se a Advocacia-Geral da União para que, querendo, ingresse no feito (art. 7º, II, da Lei n. 12.016/2009).

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal (art. 12, *caput*, da Lei n. 12.016/2009).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente